

Sumário

Apresentação.....	xiii
-------------------	------

PARTE I HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

A Trajetória Constitucional Brasileira.....	3
1. Introdução.....	3
2. A Constituição de 1824.....	4
2.1. Antecedentes e outorga.....	4
2.2. Traços essenciais da Constituição de 1824.....	8
2.3. A vida constitucional sob a égide da Carta de 1824.....	14
3. A Constituição de 1891.....	17
3.1. Antecedentes e Assembleia Constituinte.....	17
3.2. Traços Essenciais da Constituição de 1891.....	20
3.3. A República Velha sob a Constituição de 1891.....	24
4. A Constituição de 1934.....	27
4.1. Antecedentes e Assembleia Constituinte.....	27
4.2. A Constituição de 1934: Principais características.....	31
4.3. A curta vida da Constituição de 1934.....	35
5. A Constituição de 1937.....	37
5.1. A outorga da Carta.....	37
5.2. Traços Fundamentais da Carta de 1937.....	39
6. A Constituição de 1946.....	47
6.1. Antecedentes e Assembleia Constituinte.....	47
6.2. Traços Essenciais da Constituição de 1946.....	49
6.3. A Constituição de 1946 na Realidade Nacional.....	53
7. A Constituição de 1967.....	62
7.1. Antecedentes e Assembleia Constituinte.....	62
7.2. Traços Gerais da Constituição de 1967.....	64
7.3. A Constituição de 1967 e o Recrudescimento da Ditadura Militar.....	67
8. A Constituição de 1969.....	70
8.1. Outorga, Natureza e Principais Inovações.....	70
8.2. A Constituição de 1969 na Vida Nacional.....	73

A Assembleia Constituinte de 1987/88 e a Experiência Constitucional Brasileira sob a Carta de 88.....	79
1. Introdução	79
2. Antecedentes, Convocação e Natureza da Assembleia Constituinte.....	79
3. Composição da Assembleia Constituinte.....	84
4. Os Trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.....	88
5. Traços Essenciais da Constituição de 1988.....	102
6. A Trajetória da Constituição de 88	109
7. Conclusão	116

PARTE II

TEMAS DE TEORIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Casamento e União Estável entre Pessoas do Mesmo Sexo: Perspectivas Constitucionais.....	121
1. Considerações Preliminares	121
2. A Evolução da Jurisprudência Nacional	124
3. Notas de Direito Comparado.....	129
4. O Princípio da Igualdade e a União Homoafetiva	136
5. A Dignidade da Pessoa Humana	144
6. O Direito à Liberdade	148
7. O Princípio da Segurança Jurídica.....	149
8. Interpretação Sistemática e Teleológica do art. 226, § 3º, da Constituição..	151
9. Casamento Gay?: Enfrentando um Tabu.....	154
10. Conclusões.....	159
O Crucifixo nos Tribunais e a Laicidade do Estado.....	161
1. Introdução	161
2. O Princípio da Laicidade do Estado e os Símbolos Religiosos	162
3. Analisando a Argumentação Favorável à Utilização de Símbolos Religiosos nos Tribunais.....	169
a) O suposto caráter não-religioso do crucifixo	170
b) O crucifixo não é um simples enfeite	170
c) Tolerância e respeito à liberdade religiosa dos cristãos.....	171
d) Democracia, constitucionalismo e laicidade.....	172
e) Símbolos religiosos e tradição	173
f) A Força Normativa da Constituição e a Autonomia dos Tribunais	175
g) O argumento “ad terrorem” e a laicidade estatal como princípio	176
4. Conclusão	177

A Proteção Judicial dos Direitos Sociais: Alguns Parâmetros Ético-Jurídicos	179
1. Introdução	179
2. Democracia e Tutela Judicial dos Direitos Sociais	184
3. Os Direitos Sociais como Direitos Subjetivos “Prima Facie”	192
4. Reserva do Possível Fática, Igualdade e Universalização	196
5. Reserva do Possível Jurídica e Orçamento	200
6. Mínimo Existencial e Necessidade	202
7. Controle de Políticas Públicas, Expertise e Autocontenção Judicial	208
8. Demandas Individuais e Coletivas	212
9. Conclusões	214
Interpretação Constitucional, Pré-compreensão e Capacidades Institucionais do Intérprete	217
1. Introdução	217
2. Desconfiando das Pré-compreensões	220
3. Interpretação Constitucional e Capacidades Institucionais	224
4. Notas Finais	229
O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades	233
1. Introdução	233
2. O que é o Neoconstitucionalismo?	234
3. A Recepção do Neoconstitucionalismo no Brasil	245
4. Três Objeções ao Neoconstitucionalismo	255
a) Neoconstitucionalismo e “judiciocracia”	256
b) Neoconstitucionalismo, “oba-oba constitucional” e Estado Democrático de Direito	263
c) Neoconstitucionalismo e panconstitucionalização	267
5. Conclusão	271

PARTE III

TRABALHOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Terras Quilombolas e Constituição: A ADI 3.239 e o Decreto 4.887/03	275
1. Introdução	275
2. Do Descabimento de Ação Direta de Inconstitucionalidade quando a norma anterior padeça do mesmo suposto vício de inconstitucionalidade que aquela impugnada, e a sua invalidação não tenha sido expressamente requerida pelo Autor	276
3. Ainda o Descabimento: É inadmissível a ADI proposta contra ato normativo secundário	278

4. O Marco Constitucional: O art. 68 do ADCT como norma consagrada de direito fundamental, dotada de aplicabilidade imediata.....	279
5. O Decreto 4.887/03 não é Regulamento Autônomo: A Lei 9.784/99, a Convenção 169 da OIT e o Pacto de San Jose da Costa Rica	283
a) A Lei 9.784/99	283
b) A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho	283
c) O Pacto de San Jose da Costa Rica.....	285
6. A Validade da Edição de Regulamentos que objetivem viabilizar a aplicação imediata pela Administração Pública de normas constitucionais plenamente eficazes	288
7. A Previsão da Desapropriação no art. 13 do Decreto 4.887/03 e a Possibilidade de Interpretação Conforme à Constituição do dispositivo	292
8. A Constitucionalidade do Critério de Autodefinição	301
9. A Definição de Território Quilombola.....	304
10. Conclusões.....	307
Representação sobre a Violação ao Direito de Voto do Preso Provisório.....	311
Dos Fatos	312
Do Direito.....	319
I. O Cabimento das Ações	319
II. O Direito de Voto do Preso Provisório, Democracia, Igualdade e Presunção de Inocência.....	324
III. Proporcionalidade, Estado Democrático de Direito e o art. 136 da Lei nº 4.737/65	328
IV. O Princípio da Proporcionalidade e o art. 91 da Lei 9.504/97	329
V. Princípio da Razoabilidade, Direito à Segurança e o art. 141 do Código Eleitoral	331
VI. Justificativas para uma Enérgica Intervenção da Jurisdição Constitucional na Hipótese	331
VII. O Pedido de Liminar	332
VIII. Do Pedido.....	333